

CURSO	DISCIPLINA	PROFESSORA	DATA	MENÇÃO	CIENTE
SS	Língua Portuguesa, Literatura	Renata Fernandes	09/10	4.0	Beatriz Mendes
NOME ALUNO (A): Beatriz Mendes					Ano/Módulo:

Bases Tecnológicas	Habilidades Trabalhadas	CrITÉrios de Desempenho
Texto Dissertativo- Argumentativo	Interpretação textual com base em reflexões;	Assunto, Estilo e Gramática

ITENS QUE SERÃO AVALIADOS	
I- ASSUNTO	1- Conhecimento do assunto; 2- Seleção de ideias em função do tema; 3- Coerência das ideias dentro do contexto;
II- ESTILO	1- Clareza, propriedade, precisão; 2- Criatividade;
III- GRAMÁTICA	1- Ortografia; 2- Pontuação; 3- Morfologia

Observações:

---



---



---



---



---



---

Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Material de Apoio: Textos

Bom Trabalho!  
Renata Fernandes

AGENTE  
MODO  
MEIO  
FINALIDADE  
CAUSA

o Governo Federal  
por meio de criação  
de políticas públicas  
a urgência de forma ativa  
o Governo Federal instituir  
uma fiscalização rigorosa para  
o descumprimento dessas leis fund.  
dos povos originários, por meio  
de políticas públicas para valori-  
zação da cultura e costumes

## TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

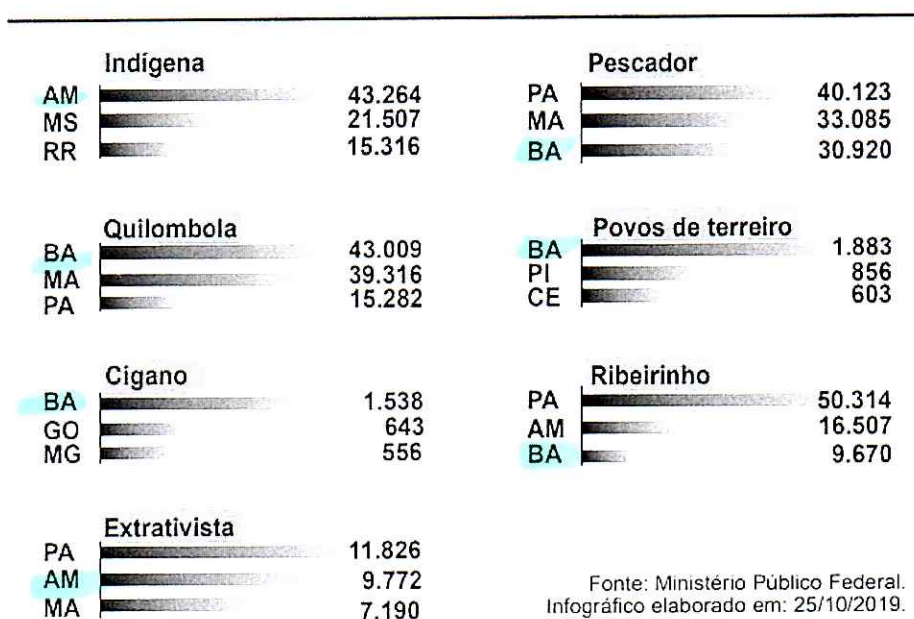
Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

## TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

### **TEXTO III**

#### **Povos e comunidades tradicionais**

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

### **TEXTO IV**

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).



Título: A desvalorização cultural da sociedade brasileira

Os povos tradicionais brasileiros sofrem constantes violações nos dias atuais, dentre eles a desvalorização de sua cultura e seus direitos fundamentais que garantem os seus direitos e as ações demarcadas pela Legislação Federal. De acordo com a matéria da Globo de 2022, relata que apenas são reconhecidas oficialmente apenas 26 povos originários na Constituição Federal, um número muito pequeno. Portanto, é evidente a negligência governamental com estes, pois não reconhecidos totalmente, essa tribo enfrentará invasões de grileiros em suas terras.

Nesse sentido, a desvalorização cultural sofrida pelos povos tradicionais surge desde a época da colonização do Brasil, a soberania dos portugueses negligenciava seus costumes e valores. Além, portanto, comportar atualmente a mesma atitude pelos povos tradicionais da cidade ou campo, da qual ao encontrá-los a sua reação seria de destruição e não compreensão pela história da aquele povo. Para amenizar a problemática foi instituída uma Comissão para valorização das Comunidades indígenas, pelo Decreto de 2017 (640).

De acordo com o Decreto, instituído pelo Estado, essa deve ter esse reconhecimento necessário às comunidades, porém não são efetivados corretamente visto na "Carta da Amazônia 2021" o principal relato foi empresas de fazendeiros sem a devida autorização ou até mesmo em áreas determinadas aos indígenas. Ou seja, por mais de ordens a leis ou Decretos, não exercidas corretamente ou ignoradas traz ao Estado um papel de reconhecimento destes e tomar rigoroso a valorização dos povos e Comunidades tradicionais no Brasil.

Conclui-se, portanto, a necessária urgência do papel ativo do Governo Federal instituir fiscalizações rigorosas para o descumprimento dessas leis fundamentais dos povos indígenas, por meio de políticas públicas para a valorização de culturas e costumes preservados. Assim, os desafios enfrentados por eles será significativamente reduzido.



Título: A desvalorização cultural da sociedade brasileira

Os povos tradicionais brasileiros sofrem constantes violações nos dias atuais, dentre eles a desvalorização de sua cultura e seus direitos fundamentais que garantem os seus direitos e as ações demandadas pela Legislação Federal. De acordo com a matéria da Globo de 2022, relata que apenas são reconhecidas oficialmente apenas 26 povos originários na Constituição Federal, um número muito pequeno. Portanto, é evidente a negligência governamental com estes, pois não reconhece totalmente, essa tribo enfrentará invasões de grileiros em suas terras.

Nesse sentido, a desvalorização cultural sofrida pelos povos tradicionais surge desde a época da colonização do Brasil, a ser berço dos portugueses negligência a seus costumes e valores. Além, portanto, comparas atualmente a mesma atitude pelos homens ilham da cidade ou campo, da qual as encontra-se a sua região seria de destruição e não compreensão pela história da quele povo. Para amenizar a problemática foi instituída uma Comissão para valorização das Comunidades indígenas, pelo Decreto de 2017 (640).

De acordo com o Decreto, instituído pelo Estado, essa deve ser esse reconhecimento necessário às comunidades, porém não são efetivadas corretamente visto na Carta da Amazônia 2021 o principal relato foi empresas de fazendeiros sem a devida autorização ou até mesmo em áreas determinadas aos indígenas. Ou seja, por mais de criação a leis ou Decretos, não exercidas corretamente ou ignoradas traz ao Estado um papel de reconhecimento destes e tomar rigorosa a valorização dos povos e Comunidades tradicionais no Brasil.

Conclui-se, portanto, a necessária urgência do papel ativo do Governo Federal instituir fiscalizações rigorosas para o cumprimento dessas leis fundamentais dos povos originários, por meio de políticas públicas para a valorização de culturas e costumes preservadas. Assim, os desafios enfrentados por eles serão significativamente reduzido.